



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 07 DE MAIO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT)** – Bom dia a todos. Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento e relator da LDO, declaro aberto os trabalhos da primeira audiência pública da LDO e da segunda audiência pública de 2013, com a presença dos Srs. Vereadores Ricardo Nunes, José Police Neto e Orlando Silva, Aurélio Nomura.

O PL 215/2013, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014 – a LDO.

As sessões plenárias estão sendo transmitidas ao vivo pela TV Câmara São Paulo, através do canal aberto digital 61,4; canais 7 – sinal digital e 13 – sinal analógico da NET; e pela internet através do portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara e Auditórios On-Line.

Foram convidados para participar dessa audiência as seguintes autoridades: Sra. Leda Maria Paulani, que justificou sua ausência por motivos de saúde; o Sr. Marcos Barros Cruz, que também justificou ausência; e o Sr. Edson Simões, que também deve ter justificado sua ausência.

Convido o Sr. Antônio Paulo Vogel de Medeiros, Secretário Adjunto de Finanças, nesta audiência representando o Executivo; e o Sr. Rodrigo Alves Teixeira, Chefe de Gabinete da Secretaria do Planejamento – SEMPLA.

Iniciaremos os trabalhos com a apresentação do Chefe de Gabinete do Sempla, o Sr. Rodrigo Alves Teixeira, seguida pela apresentação do Sr. Antônio Paulo Vogel de Medeiros, após o que iremos abrir espaço para os Srs. Vereadores.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Alves Teixeira.

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – Bom dia aos nobres Vereadores, aos cidadãos paulistanos. É um prazer estar aqui para fazer essa apresentação da LDO para 2014.

Farei breves comentários, e depois abrirei um espaço para as perguntas.

Existe toda a parte forma da LDO, mas eu vou falar do que há de novo – as

principais diferenças com relação às LDOs anteriores.

Estão previstas muitas transferências federais. De fato, como já foi bastante anunciado pelo Prefeito Fernando Haddad, há uma preocupação do Governo em fazer parcerias – tanto do Governo Federal como com o Governo do Estado –, de maneira que o orçamento dos investimentos vão dobrar, conforme prometido pelo Sr. Prefeito. Ou seja, haverá o dobro de investimentos que vinha sendo realizado nos anos anteriores – era algo em torno de 3 bilhões, 3,5 bilhões, e agora será ao redor de 6 bilhões. Esse crescimento dos investimentos, ou boa parte dele, será direcionado especialmente para o programa de metas. O Sr. Prefeito já fez várias visitas a Brasília, para colocar vários investimentos que estão previstos no Plano de Metas dentro do PAC. Então muitos recursos do PAC também estão previstos nessa parceria com o Governo Federal.

Outra coisa importante é a retomada das negociações do Sistema de Negociações Permanentes do SiNNP (?), com os sindicatos. Então há um parágrafo de um artigo da LDO afirmando: “serão respeitadas as negociações com o SiNNP” – ou seja, que as negociações com o SiNNP também vão ser respeitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São as duas principais questões que eu gostaria de abordar: o programa de metas e as negociações do SiNNP.

Falei um pouco sobre a questão das despesas – especialmente as de capital, que tem um crescimento bastante forte; as negociações do SiNNP aparecendo na Lei Orçamentária –, e o Antônio Paulo vai falar sobre a previsão de receita para o próximo ano.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT)** – Tem a palavra o Sr. Antônio Paulo Vogel de Medeiros, para a sua exposição, após o que abriremos para o debate.

**O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS** – Bom dia, Srs. Vereadores. Estou muito feliz de estar com os senhores agora. Farei uma rápida explanação sobre como nós fizemos a previsão para as receitas de 2014-2016, que respaldaram todo o trabalho das

despesas para esses mesmos anos.

Antes de mais nada, gostaria de informar aos senhores que a nossa intenção para essas metas dos anos seguintes baseou-se em estudos técnicos que analisaram o passado e como estão vindo agora todas essas variáveis, para que possamos tratar o futuro.

Vou tocar alguns pontos principais.

Basicamente, os nossos maiores tributos são o ISS, que, em 2013, dentro do Orçamento, há uma expectativa de aproximadamente 8 bilhões – se considerarmos o Simples, 8,7 bilhões. Estamos prevendo para 2014 um crescimento indo para a faixa dos 10 bilhões de reais. A nossa ideia é de que cresça em torno de 7 a 8% durante esse período. É uma previsão bastante otimista, porque o ISS é muito vinculado ao PIB de serviços, e o que nós temos verificado é que apesar de o ano passado ter sido um ano de crise, em que o país não cresceu tanto, o ano de 2013 para os serviços também está muito apertado, e achamos que para os anos seguintes também pode ser um pouco complicado, tendo em vista que dependemos muito do poder de compra da população.

Haverá dois momentos importantes para o IPTU nos próximos anos: as revisões da Planta Genérica de Valores. Essas revisões vão ocorrer este ano – no segundo semestre, traremos à Câmara Municipal o projeto de revisão da PGV, em 2013, para valer a partir de 2014, e, em 2015, traremos novamente, para valer a partir de 2016. É uma exigência legal e nos vamos cumprir. Dessa forma, acreditamos que o IPTU vai ter um crescimento um pouco maior – algo em torno de 20% em 2014, 8% em 2015 e 15% em 2016 –, tendo em vista a segunda revisão da PGV. No momento oportuno, traremos os dados para discutir a PGV, cuja discussão é democrática e envolve várias reuniões com a sociedade civil.

O ITBI depende muito do movimento do mercado imobiliário. E nós percebemos que esse movimento não está tão bom quanto foi nos últimos anos. Talvez porque as pessoas já estejam um pouco mais apertadas, e não estão comprando tantos imóveis quanto estavam comprando antes. Isso está sendo público e notório, tem saído na mídia. As construtoras

também já estão um pouco preocupadas. Então a questão é que o crescimento vai seguir mais ou menos a inflação.

As principais transferências que vêm do Governo Estadual – o ICMS e o IPVA – também não estão tendo grandes crescimentos.

Com relação ao IPVA, os senhores sabem que recentemente foi trazido à Câmara Municipal o projeto de mudança da inspeção veicular, e, à época, foram trazidos diversos números. Então o IPVA efetivamente não vem crescendo muito bem, e acreditamos que comece a haver uma melhora com essa mudança legislativa, mas também precisamos ser muito conservadores.

Essas são as principais informações que eu devo passar aos senhores. Ficarei à disposição para outras perguntas.

Obrigado.

**P** – Anuncio a presença do nobre Vereador Aurélio Nomura, membro da Comissão.

Abriremos um espaço para as perguntas.

**O SR. RICARDO NUNES** – Vimos um Plano de Metas bastante dinâmico, com um olhar muito otimista. Eu tenho algumas dúvidas.

Há vários itens do Plano de Metas, que tem 100 pontos. Por exemplo, a questão da Assistência Social – 60 CRAS e 4 CREAS. Não verificamos, por exemplo, no outro projeto do governo, a criação dos cargos, a previsão de cargos para os 60 CRAS, que levaria a aproximadamente 350 cargos.

Com relação à LDO, onde acharíamos a relação do plano de metas com essas questões, vinculada à criação de cargos pelo fato de aumentar – são três hospitais... Aí há vários assuntos. Só para poder entender, de uma forma genérica, sem muito detalhe.

No art. 6º, há uma dúvida legislativa de um vereador de primeiro mandato.

“Art. 6º - As metas e prioridades da Administração Municipal (Ininteligível) serão aquelas especificadas no Anexo da Prioridade Metas”.

Por exemplo, temos três hospitais no Plano de Metas.

Como poderíamos definir a prioridade desses três numa sequência cronológica? Está previsto isso? Existe uma ideia com relação a isso, uma vez que aqui está bem genérico?

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – Vereador Ricardo Nunes, com relação à primeira pergunta, eu me ative à questão das despesas de capital, porque a maior parte do programa de metas diz respeito a investimentos – mas o custeio também está ali. Ou seja, quando foi incluída a proposta para pessoal, foi incluída nas explicações do Anexo que as despesas necessárias para aumentar a Assistência Social, Educação *etc* já estão incluídas aí também. Seriam as despesas de custeios. Está no texto.

No texto dos Anexos, na página 12, tem a metodologia de cálculo da despesa. O primeiro item fala da despesa de pessoal: “A despesa de pessoal requer uma atenção especial no que se refere à sua projeção em razão de ser constituir como a maior despesa da municipalidade, que deve corresponder à ampliação dos serviços oferecidos, principalmente para a rede municipal de ensino e para as ações do serviço de saúde”.

Já está previsto também na lei o aumento de despesa com pessoal, que viria desses investimentos do programa de metas. Ou seja, se, no programa de metas, há um aumento de despesa de capital, pela construção de um hospital, de uma unidade básica de saúde, de uma creche, de outro lado também está o aumento no custeio previsto, de acordo com quantos novos servidores serão necessários para colocar o projeto em funcionamento. Em isso já foi previsto na própria despesa de pessoal.

A segunda pergunta, com relação às prioridades: ainda não temos esse detalhamento do programa de metas, de como vai ser a cronologia. Isso está sendo realizado agora. Então depois das audiências públicas que houve nas subprefeituras, várias metas que ainda não tinham cronograma estabelecido, tampouco tinha ordem de realização, estão passando agora por esse refinamento, tanto o refinamento territorial das metas – onde as creches vão estar localizadas, onde as UBSs vão estar localizadas, pelos subsídios que

recebemos nas audiências públicas, nas subprefeituras –, como também vai ser detalhado agora o cronograma. De fato, o programa de metas, como foi apresentada a primeira versão, ainda não tinha esse cronograma preciso, que está sendo feito agora, de forma que seja possível entregar a versão final em julho.

**P** – Quero anunciar a presença da nobre Vereadora Marta Costa, membro da Comissão.

Passo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Eu tenho algumas dúvidas. Eu só neófito nessa questão do Orçamento. Ocupo, pela primeira vez, uma vaga nesta Comissão.

Por que, no artigo 2º, foi retirar o termo “prioridades e metas”? As diretrizes orçamentárias de 2013 apresentava, no artigo 2º, no inciso I, prioridades e metas. E a LDO deste ano não contempla prioridades e metas. Essa é a primeira questão que eu gostaria de fazer, e que tem a ver exatamente com a posição levantada pelo Vereador.

Vimos, no começo do Governo, o seu esforço em levantar recursos – porque havia aquela questão de que o Governo Kassab tinha deixando 50 milhões, e não 6 bilhões, como havia sido anunciado. E porquanto, logo depois, no início, logo após a posse do Prefeito Fernando Haddad, houve um congelamento de 5 bilhões, e logo depois, em questão de um mês ou um mês e pouco atrás, houve um corte de 20 a 25% nos contratos das Prefeitura. Logo depois, agora, está em pauta a votação da reorganização administrativa, até descongelando aqueles cargos – mais de 500 cargos descongelados, com a criação de outros cargos –, que deve seguramente causar um impacto muito grande na Prefeitura de São Paulo. Então pergunto: não é um disparate, ao mesmo tempo em que se fala que é preciso encolher todas as despesas da Prefeitura? Contratos extremamente importantes, como limpeza de ruas, poda de árvores, são reduzidos a 20-25% do contrato, ao passo em que se amplia e se cria novos gastos, principalmente criando novos empregos. A criação de cerca de 380 novas funções representa um volume extremamente alto. Essa seria a primeira questão.

**O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS** – Vou começar respondendo a partir da parte final, e depois voltamos para a pergunta inicial, Sr. Vereador.

Com relação ao caixa que a nova gestão da Prefeitura de São Paulo recebeu – isso já foi comentado aqui –, efetivamente os recursos que estavam em caixa são recursos vinculados, principalmente a operações urbanas, que ainda não foram utilizados para os investimentos específicos que têm de ser feitos. Ou seja, não é um recurso liberado para que pudéssemos utilizar em outros investimentos.

Por que nós fomos obrigados, pelas circunstâncias, a fazer esse congelamento, e, logo depois, soltar esse decreto que colocava como meta uma redução de 20% nos contratos de custeio?

Porque quando olhamos o crescimento do custeio que estava claro para o ano de 2013, tendo em vista revisões de preços que foram feitas no ano anterior e também novas contratações, nós não tivemos outra escolha a não ser fazer isso. Se não fizéssemos isso, nosso custeio iria explodir. Então essa era uma visão de custeio, estritamente, sem entrar ainda na questão do pessoal. A despesa com os serviços de custeio cresceram mais do que a gente entende que deveriam crescer, e, por isso, entramos com esse decreto. Estamos ainda nesse processo. Enfim, as áreas se esforçaram, houve negociações para redução. Ainda não temos números para trazer para os senhores, mas, em breve, os nossos secretários irão divulgar os resultados desse esforço. É um esforço natural. Aconteceu o mesmo com o Rio de Janeiro, mesmo mantendo a mesma gestão, tendo havido uma reeleição. É natural que seja um momento de revisão, de parar e olhar as contas, rever, pois pode ser que haja espaço para se cortar um pouco de gordura.

Com relação à solicitação encaminhada à Câmara Municipal, o reajuste da Administração, aí eu peço para que o Rodrigo fale.

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – Vereador, com relação à primeira pergunta, a questão das prioridades, que o senhor afirmou ter saído do artigo 2º. Na verdade, está

aparecendo agora no artigo 6º, que diz que “as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2014 observarão o Programa de Metas da cidade de São Paulo, elaborado nos termos do art. 69 A da Lei Orgânica do Municipal”. Porque a Emenda 30, que instituiu o Programa de Metas, já afirma que o Programa de Metas representaria as prioridades da Administração. Então não achamos necessário mencionar em separado essas prioridades, já que as prioridades são o próprio Programa de Metas. Então o art. 6º introduziu essa mudança.

Com relação à reforma administrativa: a estimativa de crescimento da receita, com essa reforma, é de cerca de 17 milhões. E nós ainda não temos um número, até porque estamos ainda concluindo os estudos a respeito da redução do custeio, que vai se dar com o decreto de redução do contrato, a renegociação, mas é na casa de centenas de milhões. Então, na verdade, a redução de custeio que haverá com os contratos que estamos esperando é muitas vezes maior, supera em mais de dez vezes, do que o gasto que haverá com a reforma. Até porque houve a criação de cargos, mas vários outros cargos foram extintos – cargos que estavam congelados também. Também está no projeto da reforma a extinção de cargos, além da criação de novos.

**O SR. RICARDO NUNES** – Eu não sei se eu entendi direito, mas o senhor comentou que o custeio não abrange despesa com pessoal?

**O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS** – O decreto que soltamos para a redução do custeio explicitamente não abrangia a redução de custeio de pessoal – não estou dizendo que o conceito de custeio não abrange pessoal; com certeza abrange. O que estou falando é que o decreto que nós soltamos tinha um objetivo específico: atacar aqueles contratos que tratavam de custeio e que não era o gasto de pessoal normal.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Meus cumprimentos a todos. Questões importantes para serem trazidas à luz nesse novo período inaugurado pelo Prefeito Haddad, e que tem se notabilizado pela participação da sociedade em todas as peças de planejamento da Cidade.

Primeira pergunta: onde e como se deu a participação da sociedade na elaboração

dessa peça importante, a Lei de Diretrizes Orçamentária?

Segunda pergunta: foi muito bem anunciado a questão das receitas de capital. Esse esforço ficou claro. Mas a peça não traz nenhum detalhamento de quais são os programas que estão sendo almeçados, e o quanto, para cada um dos programas, se pretende trazer recursos para cada uma das novas despesas. Então é possível enxergar um grande esforço para duplicar o volume de recursos, mas a peça protocolada na Casa não consegue explicitar nenhum desses programas federais que, em tese, trarão recursos à cidade de São Paulo para investimentos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura. Então me parece que uma das questões fundamentais é não apenas os 55 Srs. Vereadores, mas a sociedade conseguir não apenas reconhecer como também ajudar nesse empenho que a Administração faz no momento. Então gostaria de saber se é possível detalhar qual a vontade que a Administração anuncia nesse momento de busca de recursos, sejam eles federais ou estaduais, para ampliar a nossa receita, e, em especial, a de investimentos.

Outra questão que me preocupou: o Plano de Metas traz uma meta ousada de regularização fundiária, que deve atingir 200 mil novos lotes. E nos quadros apresentados pela Secretaria, anuncia-se que teremos uma retração de próximo de 2% do nosso cadastro imobiliário. Então eu não consegui entender a lógica no fato de o Plano de Metas anunciar que vamos trazer 200 mil imóveis à legalidade, e o cadastro vai reduzir de tamanho. Então ficou turva essa capacidade de ofertar a regularização fundiária e reduzir cadastro.

O terceiro questionamento acaba juntando uma pergunta trazida pelos Srs. Vereadores que me antecederam: é possível já relatar para a sociedade paulistana quais os recursos que foram deixados de fato no caixa? Quer dizer, o que representaram os recursos das operações urbanas, o que representaram os recursos vinculados para sanar despesas do exercício anterior, o que representaram os recursos vinculados na área de educação, não área da saúde? É possível sabermos o que, no dia 1º de janeiro de 2013, havia de fato no caixa da Prefeitura? Até para ninguém mais ter dúvida: se eram 35 milhões, 50 milhões, 60 milhões, 5

bilhões, 4 bilhões e pouco. Qual era o valor total e como ele se divide? Até para que todos tenham a informação precisa. Se ficou 2,7 bilhões de reais para a operação urbana tal, sabe-se que esse recurso está ali para aquela tarefa; se tem 600 milhões para outra operação urbana, quem sabe a Faria Lima; se tinha recursos vinculados à educação, qual o volume de recursos.

Na última fala do nosso Chefe de Gabinete, é anunciado que alguns cargos serão extintos no projeto que pretendemos votar no dia de hoje. Mas temos que lembrar que nenhum desses cargos que serão extintos estão ocupados. Portanto, eles não oneram a folha. Você pode fazer um cálculo futuro de quanto eles poderiam onerar. Mas, hoje, nenhum desses cargos que nós levaremos à extinção oneram a Administração, porque nenhum deles está preenchido. Então precisamos também saber qual é o impacto real, e não esse impacto de dizer o seguinte: “Olha, estou extinguindo 500 cargos que ninguém ocupa, e, com isso, eu estou fazendo uma economia projetada de 6, 7, 12 bilhões de reais”, mas que nunca foi gasto, ou pelo menos não foi gasto nos últimos anos.

Então para conseguirmos ter uma ponderação muito razoável do que pretendemos investir nas novas secretarias, na Subprefeitura do Sapopemba, ou quanto pretendemos investir na Controladoria Geral do Município, deixarmos claro que esses cargos que estão sendo levados à extinção não vêm sendo ocupados e não oneram a folha e, portanto, não oneram o Município e não dá para falar em economia objetiva naquilo que não se gasta hoje. E tentar trazer à luz qual o recurso que de fato vai ser gasto. Sei que esses 17 milhões anunciados não são o valor anual, mas o que vai se gastar no resto do ano abatendo-se aquilo que se vai deixar de gastar que não se gasta.

Então acho que também é importante oferecer informações precisas para que não só aqueles que estão aqui, mas muitos daqueles que a Administração anuncia que quer trazer para dentro desse debate, tenham as informações de maneira a poder participar com qualidade.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Obrigado, Vereador José Police Neto.

Tem a palavra o Sr. Antonio Paulo.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sr. Vereador José Police Neto, bom dia e obrigado pelas perguntas que nos dão oportunidade de comentar um pouco mais alguns aspectos bastante interessantes. Vou começar respondendo pontualmente. Registrei cinco itens, sendo que responderei os quatro primeiros, e o último será respondido pelo Rodrigo.

Com relação à participação dos representantes da sociedade, os senhores e a sociedade civil de modo geral, na elaboração da LDO entendemos que o momento ideal é agora, quer dizer, em que chegou à Câmara de Vereadores e está sendo debatida e discutida. Nenhum lugar pode ser melhor do que esse para que esse assunto seja discutido, debatido e os Srs. têm toda legitimidade, enfim, por serem as melhores pessoas para conversar e debater sobre esse tema. Estamos à disposição também para qualquer esclarecimento adicional que eventualmente não tenhamos nesse momento para passar aos senhores.

Bem, o segundo item que V.Exa. comentou foi com relação aos nossos investimentos, como serão realizados e como será nossa busca por recursos para que esses investimentos sejam feitos. É claro que temos um detalhamento, uma linha de ação e já detalhamos como serão esses investimentos. Eles estão - não poderia ser diferente - totalmente em linha com o plano de metas que foi apresentado. Estamos indo, pelo menos, uma ou duas vezes por semana a Brasília para debater e discutir, porque não escondemos de ninguém, todos os Srs. sabem que nossa grande expectativa em relação a recursos, tendo em vista até as limitações do nosso orçamento, são os recursos que virão de transferências federais, do orçamento da União, para investimentos em linhas de crédito definidas a todos os estados e municípios. E a nossa expectativa com relação à renegociação da dívida dos entes da federação junto à União.

O primeiro assunto que comentei com relação ao orçamento da União, nós estamos pleiteando os recursos dentro de todos os mecanismos que o Governo Federal dispõe para

todos os entes da federação. Vamos nos habilitar a diversas linhas do Programa de Aceleração do Crescimento, Minha Casa Minha Vida, enfim, uma série de outras questões.

Com relação à renegociação da dívida, os senhores sabem que há dois projetos de lei, um na Câmara e outro no Senado e estamos ativamente trabalhando em ambos. Esses recursos efetivamente permitirão que façamos os investimentos. Não estamos trazendo, detalhando aonde serão, quais serão, enfim, a parte física desses investimentos, mas é claro que temos boa parte das informações e esse detalhamento não é trazido agora aos senhores porque ainda precisamos fechar com o Governo Federal.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – É possível, ainda antes do período de votação da matéria, essas informações serem disponibilizadas, porque é estranho solicitarmos ao parlamento para votar um volume de recurso de investimento que o parlamento e nem a sociedade sabe para onde vai. Não me parece a medida mais adequada, mesmo com a confiança absoluta que temos nos senhores e no Prefeito, não me parece que é uma relação razoável com o conjunto da sociedade, informar que estamos buscando quatro, cinco, seis bilhões de reais, mas não dou oportunidade nem aos 55 Vereadores e nem à sociedade de ter a informação, por exemplo, 700 e poucos milhões desse programa; 600 são do outro.

Então não me parece razoável a ausência da informação, mesmo que ela possa se frustrar, a ausência da informação me parece a base fundamental do relacionamento entre o Executivo, Legislativo e a própria sociedade.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sr. Vereador, nós trouxemos ao conhecimento da sociedade o plano de metas, inclusive, com metas físicas e financeiras. E esse plano de metas tem sido amplamente debatido.

Rodrigo, você quer comentar um pouco sobre isso?

**O SR. RODRIGO** – Esse detalhamento de quais seriam os projetos que são objetos de recursos federais é o próprio programa de metas.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Rodrigo, entendo que o plano de metas anuncia os

desejos para quatro anos, nós aqui vamos votar uma lei, não votamos o plano de metas. Então temos de dividir um pouquinho as responsabilidades para saber o que pode e o que não pode. O plano de metas como não tem uma aprovação pelo Legislativo, o Executivo pode apresentar números, apresentar ideias, refazer anualmente sem nenhum problema. A LDO é uma lei, portanto, diverge das metas que são apresentadas para a sociedade e com ela debatidas. Os 55 Vereadores vão aprovar essa LDO.

Por isso me parece razoável que as informações que preenchem esta LDO sejam oferecidas aos parlamentares. Não me parece que essa seja uma tarefa difícil, porque vocês já as têm. Se não tivesse eu nem pediria, daria um tempo maior, mas se vocês já têm, não tem razão para não oferecer, senão fica parecendo que querem guardar a informação, não dar para os Vereadores e nem para a sociedade porque as quero para mim.

Não é razoável. Se há a informação porque se vai semanalmente a Brasília, parece que não é justo que os parlamentares não tenham a informação que o Executivo já tem. Aí é uma questão de querer fazer esse diálogo, porque 55 Vereadores podem ser importantes na conquista desse recurso. Quem sabe, a Comissão de Transporte da Câmara faz visitas consequentes a Brasília da mesma forma que o Prefeito faz, a Comissão de Administração Pública, o Ministério das Cidades.

Então, parece que o parlamento pode ser muito mais parceiro nisso do que um hipotético adversário, o Prefeito não tem tido dificuldade nesse plenário para votar todos os projetos que aqui chegam. Então não me parece que reservar a informação na era do diálogo e da transparência seja algo que vá tornar saudável a relação do Executivo com esta Casa, ou do Executivo com a sociedade.

**O SR. RODRIGO** – Entendi seu ponto, Vereador: a questão da transparência. Estamos tendo o recurso federal e a Câmara poderia definir para onde ele vai. Na verdade, quando você está querendo saber para onde vão os recursos, a sistemática está sendo da seguinte forma: primeiro fizemos o programa de metas. A partir do programa de metas temos

um conjunto de investimentos que queremos realizar, pegamos essa carteira de projetos que já estão no programa de metas e levamos para o Governo Federal para que seja colocada boa parte disso dentro do PAC. Então esses investimentos, na verdade, são o próprio programa de metas.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Entendi, Rodrigo, mas você vai a Brasília com um projeto materializado que tem recursos previstos. Parte deles virão do PAC 2, parte do PAC Mobilidade, parte do PAC saneamento, parte de outros programas que não são do PAC, mas que atendem a demandas da Cidade, como os projetos da Saúde. Mas o que pergunto é: não é possível detalhar. Teremos na cidade de São Paulo, e o plano de metas anuncia isso, algumas UPAs. No próximo ano pretende-se ter uma ou duas, mas já se sabe qual é o programa.

Então a solicitação do Prefeito em Brasília tem endereço e um documento. Esse documento tem valores e vocês sabem os valores e, portanto, isso não tem mais sigilo, não é reservado. Isso ingressar junto com a peça que define as diretrizes não me parece algo que perca algum valor no processo transacional que se faz com o Governo Federal, mesmo que se frustrar, até porque as receitas do IPTU, se a sociedade não pagar vão se frustrar. Se não houver atividade econômica mobiliária, a previsão de TBI vai se frustrar.

Então da mesma forma que se podem frustrar as receitas municipais a partir do esforço próprio do Município, podem-se frustrar as transferências da União, do Estado para o Município. Essas transferências voluntárias, a vontade do Governo Federal é fazer valer o quanto São Paulo contribui para o bolo total da União. O que estou dizendo é que não me parece que se tenha dificuldade para se apresentar para o ano que vem o que destes três anos futuros, parte deste ano ainda vai se buscar recurso, mas o que programado para o ano que vem, dentro de todo esse recurso, pode estar e para cada uma das áreas.

Portanto, aqueles 4,8 milhões imaginados de transferência vão ser criterizados, por exemplo, esse se pretende que venha deste PAC, não precisa nem dizer qual o destino da

obra, mas para a gente conseguir saber de onde vem o recurso.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Quero sugerir ao Rodrigo ou ao Antonio Paulo, que depois enviassem para a Comissão de Finanças o que tem já de tratativas com o Governo Federal para o PAC ou para o Plano de Mobilidade, para que possamos informar os Vereadores.

Antonio Paulo, por favor.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Bem, o senhor fez uma pergunta com relação à regularização fundiária e a informação que passamos aqui, imagino que o senhor esteja olhando o anexo que fala das premissas e fala da redução da quantidade de terrenos, se não me engano, que está tendo uma redução próxima de 2%. Deve ser isso.

Bem, na verdade são coisas diferentes. A redução da quantidade de terrenos no nosso cadastro, que arrecadam IPTU, porque também tem uma diferença, há uma parte que não arrecada por isenções e tal, é o processo natural de crescimento da Cidade que vai se verticalizando, os terrenos vão acabando e se transformando em benfeitorias. Inclusive, o próprio anexo mostra, há um crescimento, se não me engano, não estou com a página aqui, mas próximo de 18% do crescimento do cadastro de um modo geral. E dos terrenos uma redução próxima de 2%, um pouco menor do que 2%.

Com relação à pergunta da transparência dos recursos em caixa, peço aos senhores, trouxemos ao final de março aqui, o balanço de 2012. Esse balanço tem um belo detalhamento de onde os recursos estão e, pelas fontes dos recursos, dá para ver a que estão vinculados, mas nós lá na Prefeitura estamos à disposição dos senhores para alguma pergunta específica.

Com relação ao último ponto, que são os cargos a serem extintos pela nova lei, passo ao Rodrigo para que comente sobre isso.

**O SR. RODRIGO** – Vereador, quando falei do impacto de 17 milhões, que é o impacto da reforma administrativa, esse impacto foi calculado... O cálculo foi feito comparando

a situação após a criação dos cargos e a situação antes. Então na verdade os cargos que foram extintos não estão nessa conta.

**SR. JOSÉ POLICE O NETO** – Estão sim Rodrigo.

**O SR. RODRIGO** – Não estão.

**SR. JOSÉ POLICE O NETO** – Se você pegar o cálculo vai ver que estão, 4,8 milhões de retração com a retirada desses cargos. E o cálculo é feito a partir do mês de maio.

**O SR. ANTONIO PAULO** – A informação que tenho da equipe técnica é essa.

**SR. JOSÉ POLICE O NETO** – Estou falando da leitura do projeto que está na Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Então vamos checar a informação técnica com o projeto.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia a todos e todas, meu nome é Fábio Siqueira, munícipe da Saúde, membro do Movimento de Apoio e Resistência em Prol do Orçamento Participativo da Cidade de São Paulo. Saúdo a Mesa, Presidente da sessão, relator da LDO 2014, Vereador Paulo Fiorilo, Vereadora Marta Costa, Vereadores Aurélio Nomura, Police Neto e ex-Vereadora Soninha Francini. Saúdo também os secretários, Adjunto de Planejamento, Sr. Rodrigo, Adjunto de Finanças, Sr. Antonio, equipe técnica das secretarias, população, conselheiros de São Paulo, as perguntas são bastante pertinentes no sentido dessa LDO.

Com alegria estamos aqui como Movimento de Orçamento Participativo pelo 13º ano consecutivo, acompanhando o orçamento. Fico muito feliz em inaugurar essa participação da população da sociedade civil paulistana nessa luta do orçamento participativo. Vejo a Conselheira Nobue, conselheira no primeiro ano, em 2001, grande especialista em orçamento. É uma audiência bastante importante.

Por outro lado vejo com tristeza a ausência do próprio orçamento participativo no projeto de lei mandado para esta Casa, PL 215/2013. Lembro aos senhores, talvez os

secretários não saibam disso, no primeiro projeto de lei, LDO 2002, apresentado pela então Prefeita Marta Suplicy, estava lá no artigo 5º, o Conop – Conselho de Orçamento Participativo, PL 154/2001 e também no PL 227/2002, está assegurada a participação da sociedade civil textualmente pelas plenárias, assembleias distritais, pela eleição de delegados, conselheiros, ou seja, o Conop estava previsto.

O próprio Vereador Fiorilo foi membro do GT Transparência e Controle Social, na campanha do então candidato Fernando Haddad e lá foi aprovado o orçamento participativo. Portanto, em 2014 se pergunta, onde está o orçamento participativo?

Solicitamos então que os Vereadores corrijam essa falha da Secretaria que mandou o projeto de lei. Outra falha, e essa será difícil corrigir, em relação às diretrizes orçamentárias. Uma LDO que não tem as diretrizes explicitamente é uma falha muito grave. E lembro novamente, nesses dois projetos que citei mandados na época da então Prefeita, hoje Ministra da Cultura, Marta Suplicy, que tinham as diretrizes. E hoje não vemos mais. Quer dizer, é preocupante a gestão Haddad iniciar uma LDO com um vício tão criticado, inaugurado erroneamente pela gestão Serra, mantido pela gestão Kassab, de suprimir, de desaparecer, de chamar o Mister M para assumir com as diretrizes orçamentárias da própria peça orçamentária, porque na LDO tem de constar as diretrizes, senão não é LDO.

Lembro algumas diretrizes que desde 2001 até 2004 constavam do projeto LDO, que estamos discutindo aqui hoje. Por exemplo, o Procav, o Projeto Nascer Bem, o Projeto Construção de Bibliotecas e o próprio orçamento participativo. Portanto, solicitamos a esta Casa essas correções. Por exemplo, Bolsa Trabalho e outros projetos sociais.

Por fim, gostaria de solicitar à Mesa, aos três Vereadores membros da Comissão de Finanças, que realizem audiências temáticas sobre a LDO, porque foi tradição desta Casa. A população necessita discutir as diretrizes para o ano que vem nas áreas de Educação, Saúde, Transporte, Cultura e, portanto, não bastam só duas audiências, hoje e mais uma, tem de fazer mais audiências em relação às diretrizes orçamentárias para o ano que vem.

Transparência já com orçamento participativo! Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Tem a palavra a próximo inscrita, Sra. Soninha Francine.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Bom dia. Em primeiro lugar, algumas dúvidas muito objetivas, coisas que eu não entendi, mesmo, no projeto. Aparece duas vezes um cálculo de renúncia no MEI estimado em 17 milhões e poucas centenas de milhares de reais. Eu gostaria de saber por que esse cálculo aparece duas vezes e por que, exatamente, o MEI é considerado renúncia fiscal, uma vez que você presume que o MEI é uma formalização a partir da informalidade. Então, não é propriamente uma renúncia de receita, porque é uma receita que não existia antes.

A segunda previsão que me espantou muito – e não sei, sinceramente, se este é um número histórico, nunca me detive sobre esses detalhes antes – é que a inadimplência prevista para o imposto territorial é de 18,2%, o que me parece uma barbaridade; e a inadimplência do imposto predial, 9,2%. Depois, em algum ponto do projeto de lei consta uma previsão de crescimento do mercado imobiliário de 0,00%. Isso também me surpreendeu.

Outra coisa: taxa de crescimento salarial: 1% ao ano, sendo que, pelo próprio Plano de Metas, está previsto um aumento muito grande no número de equipamentos públicos. Portanto, haverá novas contratações. E o Prefeito anunciou recentemente que trará para a Câmara uma proposta de aumento muito grande para a base dos servidores da Prefeitura, algo da ordem de 70%. Sabemos quanto são numerosos os servidores da base salarial.

Outra coisa: o Plano de Metas deixa de contemplar algumas propostas fundamentais do programa de governo do Prefeito Haddad. Não vou citar em detalhes, porque há muitas coisas do programa de governo não previstas no Plano de Metas, sendo que a ideia original do Plano de Metas era converter promessas em compromissos palpáveis, mensuráveis; mas essa é uma discussão mais política. No capítulo de gestão e participação do Plano de Metas não há nenhuma referência à descentralização do orçamento em relação às

subprefeituras. Isso é uma demanda basilar da sociedade, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê, absolutamente, um aumento da previsão orçamentária e, portanto, da responsabilidade da autonomia do poder das subprefeituras.

Outra coisa: o Plano de Metas prevê, inclusive, muitas renúncias fiscais em função do desenvolvimento estimulado na periferia, por exemplo. O Arco do Futuro, que é enorme, prevê muitos descontos e renúncias de impostos para serem viabilizados. É uma das formas de parceria principais previstas com o setor privado para fazer esses investimentos na Cidade. Aí, não sei mesmo o quanto isso está previsto, esse volume enorme de renúncia fiscal, para os próximos anos.

Há uma demonstração de uma meta do Plano de Metas que, absolutamente, não está contemplada na LDO. A meta 18 prevê a construção, nos próximos quatro anos, de 43 unidades básicas de saúde, além de muitas outras construções previstas – dentre elas, 20 CEUs. Nesse caso específico, 43 unidades básicas de saúde. No entanto, a rubrica 3.100 prevê, para 2013, 1 unidade básica de saúde. Podemos esperar que 42 de saúde serão previstas nos três anos seguintes do governo? Parece-me um descompasso muito grande entre a proposta para quatro anos e a previsão.

Para encerrar, do ponto de vista da participação, eu gostaria que o Plano de Metas e a LDO estivessem mais visíveis na *home Page* da Prefeitura. Hoje em dia, temos que entrar na página da Sempla para encontrar. Talvez estivesse lá, e eu não houvesse encontrado, mas não achei os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para encontrá-los, tive que procurar no *site* da Prefeitura.

Um último comentário, que é na verdade um lamento. O Vereador Police Neto, se não me engano, citou que hoje será aprovada a lei da reforma administrativa, com a criação de Secretarias e cargos. A audiência pública, também se não me engano, é agora, às 10h30. Em seguida, aprova-se em segunda esse projeto? Isso não pode ser considerado participação popular, transparência e controle social. Obrigada.

**O SR. PAULO FIORILO** – Consulto sobre se há mais alguém inscrito. (Pausa) A última inscrição é da Sra. Maria do Socorro, que terá três minutos.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Mais uma vez, estou aqui. Sou da região de Itaquera, do Conjunto Águia de Haia, organização Nosso Sonho. Peço desculpas pelo atraso.

Já estamos acostumados a participar de audiências públicas, e essa participação popular é através das amizades e do trabalho que fazemos de OP – Orçamento Participativo, desenvolvido no Conop – Conselho do Orçamento Participativo. Estranhamos o fato de todo ano ser a mesma coisa. Quem participa e é atuante sabe que não há mudanças.

Quero saber especificamente onde estão os beneficiados? No conjunto – onde há 26 anos não temos benefícios como creches, EMELs, EMEFs? A única coisa que o Águia de Haia tem é AMA e UBS. O CEU é um elefante branco. Temos, aí sim, uma “cracolândia” linda e maravilhosa. E nossas crianças? E os idosos? Desde o começo, estou batalhando. Nós nem existimos, fazemos parte do nada. Somos passado e presente, mas o que será feito do nosso futuro? Parece até que os representantes do Governo não ficarão velhos. Nós, não: temos uma enorme família para defender.

Para quem não me conhece, sou aposentada, mas trabalhei na FEBEM por 19 anos. Nossa periferia, monstruosamente enorme e abandonada, é vizinha do Itaquerao. E aí? Qual é a proposta de vocês? A quem faz, eu elogio; sobre quem não faz, eu simplesmente comunico a minha comunidade. Espero que, ao menos agora, não construam nada; arrumem o que está errado e aproveitem o espaço que já existe, porque a população – tanto como os idosos e vulneráveis – merece respeito. Não esqueçam de que todos são seres humanos como vocês. Todos são filhos do mesmo Pai, o Nosso Criador. Não tenho religião nem partido: tenho respeito e dignidade e acredito nas pessoas que creem que as coisas podem melhorar um pouco esse mundo em que vivemos, o Brasil. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Vou passar a palavra ao Rodrigo e ao

Antonio Paulo para as respostas às perguntas realizadas pelos presentes. Em seguida, falará o Vereador Aurélio Nomura. Ao final, informarei o cronograma da LDO para que todos possam participar. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Rodrigo, Chefe de Gabinete de Sempla.

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – Respondendo à pergunta do Fábio sobre o orçamento participativo, está ainda em discussão o modelo participativo da gestão. Nossa Secretaria, que é inclusive responsável por pensar essas questões, durante os quatro primeiros meses do ano esteve concentrada sobre essas tarefas prementes, como a realização do Plano de Metas e, agora, a entrega da LDO. Já fizemos várias discussões, inclusive com representantes de movimentos de orçamento participativo, para exatamente discutir esse modelo. Mas isso não está pronto, e é por isso que não aparece aqui.

Já temos várias formas de participação e estamos querendo discutir o modelo como um todo, não somente o orçamento participativo, que é um tipo de instrumento de participação. Já foi criado o Conselho da Cidade; há houve 34 audiências do programa de metas; está havendo esse processo participativo aqui, para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias com a população. Enfim, já existem vários instrumentos. O que estamos tentando fazer é pensar uma forma de articular todos esses instrumentos para ter um modelo de participação. Em suma, tudo isso já está em discussão. Há todo o interesse por parte desta gestão que consigamos construir um modelo de participação efetiva.

Responderei algumas perguntas da Soninha. Primeiro, em relação a aumento salarial, dos novos cargos, não sei, Soninha, dessa informação que você citou, de 1% do crescimento da folha. Eu não consegui encontrar essa informação. (Manifestações fora do microfone) Ah, no próprio texto. Você sabe em que página? (Pausa) Nas tabelas que eu tenho, a previsão de aumento da despesa com pessoal está em torno de 10%, 11%. Se você conseguir encontrar essa informação, nos passe para checarmos.

Sobre a segunda questão, a relação do Plano de Metas com o programa de governo, na verdade participei da confecção do Plano de Metas também. A própria Secretária

Leda Paulani disse para nós o seguinte: “Quando vocês estiverem elaborando esse programa de metas, tem que estar o tempo todo com o programa de governo debaixo do braço”. Há duas diferenças que eu acho que você não identificar imediatamente entre o programa de governo e o Plano de Metas. A primeira, em relação à forma mesmo. O programa de governo tem um formato tal que muitas coisas aparecem de forma fragmentada; 10, 15 ações do programa de governo aparecem no Plano de Metas em uma só ação, até porque fizemos uma opção por fazer o Plano de Metas de modo mais sintético. Ele tem que conter as prioridades de governo. Não queríamos fazer um Plano de Metas que contivesse mais de 200 metas, fizemos um esforço por algo mais enxuto que, de fato, refletisse as prioridades. A forma é um motivo. No programa de governo, dá para colocar tudo.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Tendo sido feitas as perguntas, é de praxe que as pessoas ouçam agora as respostas.

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – São dois os motivos. O primeiro, formal. O programa de governo tem um formato diferente do Plano de Metas, além do objetivo. Quando se lança um programa de governo, há que se falar sobre tudo a respeito de todas as áreas. Já o Plano de Metas objetiva as prioridades. Foi, de fato, decisão nossa enxugar as metas para que essas prioridades aparecessem de uma maneira mais forte para nortear a gestão.

Era isso. As demais perguntas, passo para o Antônio Paulo responder.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Antes registro a presença da nobre Vereadora Edir Sales, que acrescenta ao nosso debate. Obrigado. Tem a palavra o Sr. Antônio Paulo.

**O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS** – Vou responder algumas questões que a Sra. Sônia colocou. A primeira, em relação a aparecer duas vezes um número de renúncia. Na verdade, eles são parecidos, mas são duas coisas diferentes. O primeiro é o TFA – Taxa de Fiscalização de Anúncios e o segundo, o TFE – Taxa de Fiscalização de

Estabelecimentos.

Na verdade, essas renúncias são referentes ao microempreendedor individual. É uma lei que já existe, e por isso nós colocamos como previsão de renúncias para os próximos anos.

A segunda pergunta feita foi em relação à inadimplência do IPTU; acharam o número de 18% muito alto. Essa porcentagem é em relação à parte territorial do IPTU; o IPTU predial está em torno de 9%, e a média do IPTU como um todo está em torno de 10%. O territorial, portanto, é muito menor.

Essa média de 10% é histórica. Esse é o nível de inadimplência que temos. Simplesmente, então, fizemos uma análise do que vem acontecendo.

Em relação ao crescimento do mercado imobiliário, está zero. Efetivamente é o que vem ocorrendo, e a própria indústria vem pensando dessa forma, como os senhores podem acompanhar pela mídia.

O mercado não está caindo. Esse crescimento é real, ou seja, está havendo novos empreendimentos, a Cidade está crescendo, mas ele não está crescendo mais do que a inflação.

Sobre o Arco do Futuro, as renúncias de receitas não estão colocadas aqui por um motivo muito simples: não existe ainda uma lei em relação a esse tema. Por isso que não podemos colocar na LDO o que ainda não tem lei posta para que possamos apurar essa renúncia de receita.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Sobre a questão abordada pelo nobre Vereador José Police Neto, recursos disponíveis, a assessoria me informou que já passou a V.Exa., Vereador, uma cópia da publicação feita com a descrição de cada item do balanço, que traz o valor de 5.8 bilhões disponíveis, que inclusive foi apresentado na prestação de contas pelo Secretário Marcos Cruz quando de sua vinda à Comissão de Finanças.

Registro a presença do nobre Vereador Gilson Barreto, que conduzirá a audiência

pública do projeto de reforma das Secretarias e Subprefeituras.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Eu gostaria de retomar a questão da falta de prioridade e metas que não constam na LDO deste ano. Se analisarmos essa questão do Plano de Metas do governo, perceberemos que é diferente. Na realidade, está-se fazendo do Plano de Metas um projeto de quatro anos. O que questionamos, porém, é 2014, ano para o qual não existe Plano de Metas, porque está dentro do plano de governo o que se pretende fazer em dois anos. Mas, e a cada ano, como vamos acompanhar?

Acho que o importante é que efetivamente conste da LDO um anexo que determine as prioridades e as metas. Caso contrário, a coisa pode ficar vazia.

Essa é a grande questão a ser feita.

Poderíamos solucionar essa questão o mais rápido possível porque, na realidade, uma vez que não sabemos o que vai ser feito em 2014, estaremos passando um cheque em branco.

Era esse o meu questionamento.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Participei da audiência com o Secretário. Naquela ocasião, não sei se pelo tempo disponível para S.Exa., não foi possível avançar no debate que eu queria estabelecer por dois fatores objetivos.

Público e notório é que tivemos talvez o melhor e maior superávit, tanto de recursos vinculados como de não vinculados de uma gestão para outra. Essa é uma novidade inclusive para os técnicos que assumiram a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Finanças.

Perguntei sobre o recurso de 5,8 bilhões, dos quais 1,9 de restos a pagar e 3,5 de superávit estabelecido com ativos circulantes e passivos circulantes, porque, ainda em janeiro, a Secretaria de Planejamento editou um decreto cancelando recursos previstos para obras da

bacia do Ribeirão Perus, Areião e Juqueí. Só que não me pareceu razoável, em janeiro, que tivessem sido retirados recursos de uma obra tão importante sabendo-se que havia um superávit infinitamente maior do que os 5 milhões de reais necessários ao início de obras naquele ribeirão.

Só perguntei sobre o superávit porque tinha informação de qual era e, portanto, poderia a Secretaria dizer o que todos nós já sabíamos: o superávit foi próximo de 6 bilhões de reais e não de 50 milhões.

Para mim, no entanto, a questão mais importante é o porquê de não se usar esse superávit nesses decretos que vão realinhando a operação orçamentária da Administração e, sim, optar por retirar recursos que este Plenário soberanamente aprovou, extinguindo dotações fundamentais. Então, anulou-se uma dotação para a qual não poderemos mais colocar recursos, porque nem o simbólico foi deixado nessa dotação, não permitindo mais que o Ribeirão Perus receba recursos que lhe foram tirados para outras atividades que também ainda não se iniciaram.

Só fiz esse exercício de buscar o número de superávit para entender o porquê, já que até hoje não me explicaram por que, de fato, foi anulado o recurso destinado à Bacia do Ribeirão Perus. Ainda não consegui entender para que, com um superávit desse tamanho, tiraram um recurso destinado a uma obra, esperada pela população há mais de 15 anos, para a qual já tinham feito todo o processo de planejamento e com audiência já realizada pela Secretaria de Infraestrutura. Numa primeira canetada, tiraram um recurso precioso para aquela população, mesmo sabendo que havia um superávit que poderia ter sido utilizado e que foi destinado, 15 dias depois, para a Secretaria de Habitação.

Minha pergunta, portanto, foi para entender essa lógica da execução orçamentária realizada pela Secretaria de Planejamento.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Informo que a opção da Comissão foi debater a LDO em duas audiências, porque queremos fazer esse debate tanto na discussão do

PPA como na do Orçamento, pois entendemos que onde temos condições de alterá-lo, de modificá-lo para, quem sabe, ajudar no debate sobre o conjunto habitacional de Itaquera e de outras áreas.

Conforme dados da Secretária, das 34 audiências, mais de seis mil pessoas participaram da discussão do Plano de Metas. Estamos, portanto, retomando um debate que esta cidade não vê há oito anos.

Como Vereador, lembro-me que, num dos orçamentos que discutimos, houve a participação de 120 pessoas. O que era um absurdo para uma discussão orçamentária.

Queremos, então, aproveitar tanto o debate que será feito pelo Executivo na elaboração da peça orçamentária e do PPA como o debate que será feito pela Câmara Municipal de São Paulo para realizar debates regionais e temáticos sobre o que entendemos que é importante, sobre os recursos que serão destinados a cada região e a cada tema.

A próxima audiência pública será no dia 18 de junho. A expectativa é que, depois dessa segunda audiência, façamos a discussão na Comissão para votação do parecer e, no dia 26 de junho, a votação.

Como vamos abrir espaço para emendas antes da segunda audiência, teremos a oportunidade de recepcionar as emendas dos Parlamentares antes da última audiência pública para que possamos ter o parecer com a incorporação ou não das emendas pertinentes.

Passo às considerações do Sr. Rodrigo e do Sr. Antônio Paulo, tanto sobre a questão abordada pelo nobre Vereador Aurélio Nomura, como sobre a abordada pelo nobre Vereador José Police Neto.

Tem a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Antonio Paulo.

**O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS** – Vou inverter a ordem das perguntas e responderei à pergunta do Vereador José Police Neto.

Em relação ao superávit de 2012, é importante entendermos que nem sempre um superávit maior do que se previa originalmente é bom. Às vezes aconteceu porque não

conseguimos fazer o gasto desse recurso devidamente ou do investimento que estava previsto.

Ressalto que, em relação à fonte e Tesouro, não houve superávit em 2012.

Em relação ao cancelamento de obras, quando fizemos os congelamentos, não cancelamos a maior parte das obras. Na verdade, mantivemos a grande maioria de todas as obras e de todos os orçamentos. Os cancelamentos ocorridos podem ter sido por conta de algumas emendas eventualmente não acordadas ou por falta de recursos.

Agora passo a palavra para o Rodrigo para as suas considerações finais.

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – Sobre a questão das prioridades, abordada pelo Vereador Aurélio Nomura, reforço que vamos ter a definição da execução do Programa de Metas anualmente. Isso está sendo elaborado agora e estará pronto em junho. O Programa de Metas não é para os quatro anos. Vamos ter as metas para 2014, 2015, 2016 em breve.

Esse detalhamento, que está sendo feito agora, vamos ter. Como assumimos a gestão há apenas 90 dias, ficou difícil entregar inclusive o cronograma da execução anual, que também está sendo elaborado agora.

Volto a insistir: de fato, fizemos questão de que a prioridade fosse o Programa de Metas. Já que emenda da Lei Orgânica do Município diz que o Programa de Metas é a prioridade do Governo, não vimos motivos para traçar prioridades diferentes das que estão no Programa de Metas, que está sendo debatido com a população.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – Informo que a Comissão de Finanças aprovou uma oficina sobre o Orçamento, aberta à participação de todos, que será realizada no dia 27 de maio, possivelmente neste plenário, a partir das 10h, com a presença da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Finanças e dos membros e assessores da Comissão, para debatermos os conceitos do Orçamento.

Como a Câmara Municipal de São Paulo teve uma renovação de 40%, vários Srs. Vereadores estão interessados nessa questão.

Agradeço a presença do Sr. Rodrigo Alves Teixeira, Chefe de Gabinete da Sempla,

e do Sr. Antônio Paulo Vogel de Medeiros, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças. Agradeço também aos Srs. Vereadores Marta Costa, Aurélio Nomura, membros da Comissão de Finanças, à Vereadora Edir Sales e aos demais participantes.

Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública.

---